

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Saneamento e gás natural são prioridades do banco.....	2
Título: Consumo de energia cresce 2,4% no país em novembro	3
Título: Documento do frete pode virar novo embate entre caminhoneiro e embarcador	4
Título: Lava-Jato investiga contratos da Petrobras com marítimas	6
Título: Royalties e campos maduros	7
Título: Braskem amplia remoções em AL.....	10
Título: Destaques	11
Título: Constellation garante US\$ 105 milhões.....	12
Título: Renova venderá ativos e alongará dívida	14
Título: Entidade que representa distribuição é dividida em três.....	17
Título: Obras e indenizações em Brumadinho custaram R\$ 4,5 bi à Vale em 2019	18
Título: Petrobras descarta Comperj.....	19
Título: Cofco, Amaggi e Raízen avaliam investir em etanol de milho	20
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	21
Título: Eletronorte insiste em usina na Amazônia	21
Título: À meia luz.....	23
Título: » Colheita	24
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	24
Título: Relatório rejeitado pelo Ibama foi usado pela PF em investigação do óleo	24
VEÍCULO: O Globo.....	26
Título: Depois da COP-25, é preciso voltar a fiscalizar e a punir desmatamentos.....	26
Título: Lava-Jato mira afretamento de navios pela Petrobras em 70ª fase.....	27

Título: Supremo suspende ação que retiraria indígenas de Itaipu	29
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	30
Título: Após dois dias mais barata, gasolina volta a subir.....	30

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Francisco Góes e Juliana Schincariol — Do Rio

Título: Saneamento e gás natural são prioridades do banco

Saneamento e gás natural estarão entre os principais focos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos próximos anos. Ontem, na apresentação do Plano Trienal 2020-2022, o presidente da instituição, Gustavo Montezano, afirmou que o banco voltou a ser “um protagonista na cena de definição de política econômica nacional”, com destaque na agenda de PPPs, concessões e privatizações.

Para Montezano, o BNDES está atuando como um hub de negócios para o Estado brasileiro e está apto a receber e apoiar os interessados em investir em projetos de infraestrutura e saneamento, entre outros, “que, além do retorno financeiro, estejam buscando retorno sociais, ambientais e de desenvolvimento da população”.

Ele ressaltou que historicamente o BNDES mede seu sucesso por parâmetros como desembolso e lucro. “Com a tecnologia avançando, os mercados de capitais evoluindo, as políticas públicas mudando, chegou a hora de mudar isso. A partir de agora nossa medição de sucesso é o impacto na vida do brasileiro”, afirmou Montezano. “Quanto o banco está desembolsando ou fazendo de lucro é secundário. Importa quantas pessoas têm acesso a saneamento, quantas crianças estão na escola, qual a produtividade do país, qual é o preço do gás, qual é a preservação das florestas”, acrescentou.

O superintendente de planejamento do BNDES, Pedro Iottty, disse que o banco continuará atuando na área de crédito, mas vai se comprometer com metas de

entregas à sociedade. “Em energia, por exemplo, nos comprometemos com mais 2 gigawatts de expansão de energias renováveis. Em três anos, estamos nos comprometendo em aumentar em 10%.”

Entre as projeções do BNDES para os próximos três anos, está a estruturação de projetos que venham a dar acesso a saneamento a 20 milhões de pessoas que atualmente não são atendidas. Em iluminação pública, é prevista a formatação de projetos que levem o serviço a 14 milhões de pessoas.

A diretoria do banco elencou as principais iniciativas sociais. Além das já citadas, há apoio à estruturação de empreendimentos que promovam a gestão privada em portos, abrangendo 30% das trocas comerciais nacionais e a extensão de rodovias concedidas para 20 mil quilômetros, sendo 16 mil adicionais; e apoio à formação de cinco fundos imobiliários.

Ainda na lista de entrega para a sociedade, o BNDES frisa que há previsão, na área de crédito, para expansão da rede de distribuição de gás natural em 1,6 mil quilômetros; para extensão de trechos implantados, duplicados ou modernizados de 2,5 mil quilômetros em ferrovias e de 5 mil quilômetros em rodovias; para atender uma demanda por novos sistemas em mobilidade urbana de 1 milhão de usuários por dia útil; além da ampliação em 5,5 milhões do número de habitantes em domicílios com acesso às redes de esgoto e em 900 mil nas redes de água.

O banco também estima que até 2022 poderá beneficiar 1 milhão de alunos por meio de instrumentos financeiros elaborados pelo BNDES, além de apoiar com crédito a construção ou modernização de 150 unidades de saúde que atendem o SUS e 20 projetos que melhorem a eficiência dos serviços de inteligência nos municípios mais violentos do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Consumo de energia cresce 2,4% no país em novembro

A carga (consumo mais perdas) de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) em novembro, de 69.303 megawatts (MW) médios, foi 2,4% maior que a do mesmo período do ano passado segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Na comparação com outubro deste ano, a carga recuou 0,3%.

No acumulado dos últimos 12 meses até novembro, a carga de energia no sistema nacional cresceu 2,1%.

“A economia brasileira já vem dando sinais de melhora, o que tem se refletido na carga de energia. No mês de novembro, o resultado da carga ajustada do SIN, apresentou uma variação positiva de 1,3%, sinalizando que os fatores fortuitos (o maior número de dias úteis e a ocorrência de temperaturas altas) contribuíram positivamente com 1,1% na variação da carga do SIN no referido mês”, informou o operador em seu boletim mensal.

No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, a carga em novembro somou 39.737 MW médios, com alta de 1,6%, ante igual período anterior. Com relação a outubro, porém, houve redução de 2,4%.

Com relação ao subsistema Sul, a carga somou 12.087 MW médios, alta de 3% ante novembro de 2018. Também foi observado aumento de 3,3%, na comparação com outubro.

O consumo de energia no Nordeste, de 11.731 MW médios, foi 2,5% maior que o apurado em novembro do ano passado. Em relação ao mês exatamente anterior, a alta foi de 2,8%.

No Norte, o consumo em novembro cresceu 6,4% totalizando 5.749 MW médios. Na comparação com outubro, houve alta de 1,6%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/12/2019
Seção:	Brasil
Autor:	Rafael Walendorff — De Brasília
Título:	Documento do frete pode virar novo embate entre caminhoneiro e embarcador

Ciot permite a aplicação de multas de forma remota a quem não cumprir a tabela de pisos mínimos

Um novo capítulo no embate entre caminhoneiros e embarcadores de fretes se desenha com a regulamentação, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), do Ciot (Código Identificador de Operações de Transporte). A resolução, publicada no “Diário Oficial” da União, torna obrigatória a emissão do documento eletrônico para todas as contratações de fretes no país e permite a aplicação de multas de forma remota a quem não cumprir a tabela de pisos mínimos.

A exigência passa a valer em oito meses. Os contratantes deverão cadastrar as operações de frete no sistema da ANTT e informar o valor pago e o piso mínimo

para aquele trecho e para a especificação de carga, de acordo com a tabela em vigência. O controle será feito pelas instituições de pagamento eletrônico credenciadas no órgão (IPEFs), que passarão as informações ao órgão.

O Ciotão, como é chamado, será utilizado pela ANTT para checar se os valores tabelados são cumpridos ou não. Quem não respeitar o tabelamento poderá ser multado eletronicamente, sem a necessidade de fiscalização manual, feita hoje por apenas 485 fiscais em todo o país.

As multas variam de R\$ 550 a R\$ 10.500. Quem burlar o sistema, não emitir o documento e for autuado nas rodovias pagará multa de R\$ 5 mil. A obrigatoriedade, que antes valia apenas para autônomos, agora valerá para todas as operações.

Carlos Alberto Litti Dahmer, uma das lideranças dos caminhoneiros e presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga (Sinditac), de Ijuí (RS), diz que a medida contempla exatamente o que a categoria pediu. Ele afirma que a regulamentação vai simplificar a fiscalização e garantir o pagamento dos preços da tabela. “O motorista não pode trabalhar abaixo do custo. A tabela não infringe o livre mercado”, diz.

O setor produtivo acha que a medida pode se tornar inócua e sugere regras para a contratação direta entre embarcadores e autônomos, acabando com a figura do intermediário. “Pensamos em desburocratização e oxigenação do sistema, não vemos pertinência em criar nova obrigação”, diz Roberto Queiroga, diretor-executivo da Associação das Empresas Cerealistas do Brasil (Acebra). Ele afirma que haverá mais custos com o Ciot para todos e não acredita no cumprimento da exigência. “Já não funciona para os autônomos.”

Para André Nassar, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), a medida é uma interferência “abusiva” do Estado no mercado.

Ele diz que a exigência de o contratante informar o valor pago pelo frete e o piso estabelecido para aquela operação vai gerar uma obrigatoriedade, não prevista em lei, de se pagar a mais para contemplar a remuneração dos caminhoneiros. “É uma forma muito intrusiva de coibir contratações no piso e forçá-las sempre para cima.”

A publicação da norma aumentou a expectativa com o julgamento das ações de inconstitucionalidade da tabela de fretes marcado para 19 de fevereiro no

Supremo Tribunal Federal (STF). “É prudente aguardar para fazer qualquer discussão judicial ou com governo sobre essa resolução”, completa Nassar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Política

Autor: Andrea Torrente — Para o Valor, de Curitiba

Título: Lava-Jato investiga contratos da Petrobras com marítimas

A Operação Lava-Jato no Paraná desencadeou ontem a sua fase de número 70, que investiga dezenas de contratos entre a Petrobras e empresas de transporte marítimo, alguns deles ainda em vigor. A força-tarefa do Ministério Público Federal vê indícios de pagamento de propina para diretores da estatal para favorecer as empresas Maersk, Ferchem e Tide Maritime.

“Existem contratos intermediados pela Tide e pela Ferchem que vão até 2020, alguns até 2027, alguns até 2028”, explicou o procurador do Ministério Público Federal do Paraná, Athayde Ribeiro Costa, em coletiva. “Apura-se se há pagamento de propina e de que forma que é. Estamos aprofundando esses fatos.”

Ontem de manhã, a Polícia Federal cumpriu 12 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e Niterói. Expedidos pela 13ª Vara Federal de Curitiba, os mandados foram cumpridos nas sedes das empresas e nas residências do ex-diretor de logística da Petrobras, Eduardo Autran, e de corretores que realizavam a intermediação com a estatal. A fase 70 foi batizada de “Óbolo”.

Os investigadores apontam pagamentos mensais de propina nos contratos de afretamento e abastecimentos dos navios que teriam somado cerca de R\$ 60 milhões. Entre 2002 e 2018, as empresas de navios celebraram centenas de contratos com a Petrobras, que somam mais de R\$ 6 bilhões.

O ex-tesoureiro do PP, João Cláudio Genu, já condenado no mensalão e na Lava-Jato por envolvimento em esquemas de corrupção, é apontado com um dos pivôs da organização. Diálogos encontrados em seu celular em 2015, no âmbito da Operação Politeia, demonstrariam que ele atuava na Petrobras e direcionava contratos de afretamentos para os armadores representados pela Tide Maritime e pela Ferchem.

“Chama atenção que um ex-tesoureiro de um partido estaria dando ‘pitaco’, vamos dizer assim, em contratos da Petrobras. Ele gerenciava um esquema de corrupção na área de afretamento de navios”, afirmou Ribeiro. “Ele era responsável por coletar valores e mantinha com Eduardo Altan e Paulo Roberto

Costa [respectivamente ex-diretores de logística e de abastecimento da Petrobras] uma interlocução para ter consciência total das demandas da Petrobras e quais contratos seriam celebrados.”

Numa conversa entre Genu e o sócio da Tide Maritime, Gustavo de Sá, o Ministério Público Federal vê indícios que o esquema fraudulento teria continuado inclusive após a saída de Paulo Roberto Costa da Petrobras, em 2012. “Nesse diálogo, Genu fala da estruturação da diretoria de abastecimento, notadamente a área de afretamentos, após a saída de Paulo Roberto Costa, o que nos chama atenção para uma possível atualidade do esquema”, diz Ribeiro Costa.

A Lava-Jato investiga também as contas no exterior de Gustavo de Sá, sócio da Tide Maritime, e de Pedro e Rodolfo Blyth, sócios da Ferchem, “que podem ter sido utilizadas para pagamento de propinas”.

Em nota, a Maersk Brasil confirmou que seus escritórios em São Paulo e no Rio foram alvo de busca na manhã de ontem e que a empresa “cooperará plenamente com as autoridades em relação ao caso em andamento”. “Reiteramos, como questão de política empresarial, que a Maersk trabalha contra qualquer tipo de comportamento ilegal”, diz a nota.

Procurada, a Tide Maritime não se pronunciou. Até o fechamento deste edição, a reportagem não tinha conseguido contato com o advogado de João Cláudio Genu e com a Ferchem.

Esse é o segundo caso investigado pela operação envolvendo contratos de afretamentos de navios. O MPF ofereceu denúncia perante a 13ª Vara Criminal de Curitiba por crimes de corrupção e lavagem de ativos relacionados a contratos de afretamentos celebrados pela Petrobras com os armadores gregos Athenian Sea Carriers, Tsakos Energy Navigation, Dorian (Hellas) e Aegean Shipping Management, vigentes entre 2006 e 2028, com pagamentos já identificados de US\$ 17,6 milhões em propinas e comissões ilícitas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Opinião

Autor: Fernanda Delgado e Adriano Pires

Título: Royalties e campos maduros

Royalty é a forma mais tradicional de tributação dos recursos minerais no mundo. É a compensação pela exploração de um recurso mineral, concebido para garantir que as gerações futuras usufruam dos benefícios que a exploração do recurso natural não renovável proporciona à geração atual.

No caso brasileiro, segundo a Lei nº 9.478/97, lei do petróleo, os royalties sobre a produção de petróleo e gás natural são um tributo ad valorem, ou seja, cobrados sobre o valor da produção, e que beneficiam a União. Ademais, estes tributos são pagos mensalmente pelas empresas que produzem petróleo e gás no país em função do valor da produção do campo.

Cada 1% a mais no fator de recuperação dos campos maduros pode gerar investimentos de R\$ 26 bilhões

Os royalties são regressivos, ou seja, quanto maior a receita, menor o valor proporcional pago. Assim, eles não acompanham a rentabilidade do campo, isto é, quanto menor ou menos lucrativo for um campo, maior a parcela dos royalties sobre a receita líquida. Consequentemente, campos maduros que já possuem uma rentabilidade menor por sua natureza econômica, acabam sendo prejudicados desde o início.

Essa estruturação dos royalties pode causar um efeito deletério em campos maduros, devido a sua característica de incidência sobre a receita bruta, gerando tributos mesmo antes do projeto auferir algum lucro. A imposição de um imposto tem um efeito econômico ao criar uma distorção entre o custo de produção e o preço de mercado do bem, impactando a quantidade produzida. Se o imposto for alto demais, reduz significativamente a quantidade produzida. Dessa forma, uma redução de imposto estimula a economia reduzindo esta distorção, afetando positivamente a produção.

No pós-sal da bacia de Campos, a produção declinou em torno de 30% nos últimos cinco anos, devido à falta de investimentos para mitigar a taxa de declínio dos campos maduros. Municípios que a confrontam, como Macaé, perderam largas parcelas de sua receita. A taxa de declínio de 12% ao ano na região é muito alta quando comparada, por exemplo, à taxa média do Mar do Norte, 5% ao ano.

Seria necessário investir na recuperação destes campos maduros para reduzir esta taxa de declínio. Porém, isto não faz sentido para a Petrobras, operadora de muitos desses campos, já que a empresa possui ativos muito mais lucrativos como os do pré-sal para desenvolver. Com a redução dos royalties pagos, por exemplo, outras empresas poderiam investir nas atividades de exploração e produção, impulsionando, assim, a atividade econômica da região.

Esta é a discussão em curso neste momento no Brasil. A redução da alíquota de royalties pagos pelas empresas produtoras de petróleo e gás natural, em campos maduros. É uma possibilidade que objetiva estimular a produção e, por consequência, a atividade econômica nas localidades onde esses campos se

encontram. Seu objetivo é o de viabilizar novos investimentos. Porém, apesar da boa vontade, pouco aconteceu até agora.

A indústria petrolífera brasileira vive um momento de grandes transformações com o aprimoramento regulatório que busca trazer segurança jurídica para os investidores. Diante da necessidade de revitalizar a produção em campos maduros, o CNPE, por meio da Resolução 17/2017, delegou à ANP conceder redução de royalties, de 10% para até 5%, sobre a produção incremental dos campos, uma vez gerado um novo plano de investimentos. A agência regulamentou tal solicitação por meio da Resolução 749/2018. Espera-se que a medida promova uma política de incentivo, via revisão dos termos fiscais, que auxilie a atração de investimentos para os projetos brownfield, principalmente.

Para aumentar a produção de óleo e gás em campos maduros, governos e operadores podem lançar mão de opções econômicas e técnicas. Por parte dos governos, políticas como extensão de contratos, incentivos econômicos e adaptações regulatórias devem ser considerados. Uma alternativa seria acelerar a venda destes ativos, com a Petrobras devolvendo-os para a ANP e a agência licitando-os em novas rodadas. Já por parte dos operadores, técnicas incluem adensar a malha de poços perfurados, ampliar a utilização de métodos e novas tecnologias de recuperação e promover revamps em instalações e/ou novas unidades de produção, reduzir custos e incorporar novas oportunidades exploratórias, por exemplo.

De acordo com cálculos da ANP, cada 1% a mais no fator de recuperação dos campos maduros pode gerar investimentos de R\$ 26 bilhões. Ademais, ainda segundo a ANP, tais investimentos resultariam em um aumento das reservas de um bilhão de barris de óleo equivalente. A estimativa é que esse volume adicional de reservas, ao serem produzidas, gerem R\$ 16 bilhões em royalties ao longo dos anos.

Uma redução do custo operacional devido a uma menor alíquota dos royalties é capaz de gerar um efeito positivo na arrecadação, já que a vida útil dos campos aumenta e eles passam a produzir por um período mais longo. No Brasil, a revitalização da bacia de Campos é capaz de render US\$ 12 bilhões de investimentos nos próximos 20 anos. Com este montante de investimento neste período, estima-se que será possível elevar o fator de recuperação desta bacia para cerca de 45%, a partir dos atuais 14%, com efeitos diretos na geração de empregos e na arrecadação de participações governamentais.

O desenvolvimento econômico proporcionado pela redução dos royalties é de grande importância neste momento. O Brasil experimentou, nos últimos anos, a maior recessão econômica da sua história. A indústria do petróleo foi altamente afetada pela crise, de forma que os benefícios de uma redução de impostos

incidentes sobre o setor podem ser um grande estímulo para a economia dos municípios afetados.

Por ser um incentivo fiscal, é importante que essa redução proposta na alíquota de royalties seja acompanhada por políticas de monitoramento e avaliação da sua efetividade. Além disso, levando em consideração o conceito de royalties, torna-se fundamental vincular sua arrecadação à promoção de investimentos que beneficiem o desenvolvimento socioeconômico nas localidades que recebem esses recursos, considerando o bem-estar das gerações futuras.

**Fernanda Delgado é professora e coordenadora de pesquisa da FGV Energia
Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Braskem amplia remoções em AL

Petroquímica e Defesa Civil preveem agora desocupar 500 imóveis e deslocar 2 mil pessoas de três bairros da capital alagoana

A Braskem e a Defesa Civil definiram um novo perímetro para a área considerada de risco no entorno de poços de extração de sal-gema da petroquímica em Maceió (AL), ampliando o alcance do plano de desocupação acertado no início do mês. Com isso, o número de imóveis que serão desocupados nos bairros Mutange, Bebedouro e Pinheiro subiu 25%, para 500. Já a estimativa para o contingente de pessoas que serão removidas de suas casas passou de 1,5 mil para 2 mil. Ainda não há estimativa de custo para o “Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação”.

No dia 5, a companhia - controlada pelo grupo Odebrecht e que tem a Petrobras como acionista relevante - Braskem chegou a um acordo com a Defesa Civil para desocupação das adjacências de 15 dos 35 poços de sal-gema que operava, a maior parte na região da lagoa Mundaú, criando as chamadas áreas de resguardo. À época, a previsão era que 400 imóveis fossem desocupados. O programa de compensação envolve pagamento de indenização aos moradores dessa área de risco, que será comprada pela empresa, mais suporte na mudança e apoio social.

A primeira etapa do programa compreende a visita de técnicos para identificação do imóvel e seus moradores. Ontem, a Braskem deu início ao atendimento das famílias na chamada Central do Morador, instalada em um ginásio do Sesi, onde os moradores serão informadas sobre os detalhes e critérios dos processos de realocação e de compensação financeira.

A petroquímica propôs em novembro, à Agência Nacional de Mineração (ANM), o fechamento de todos os poços usados na mineração de sal-gema em Maceió e a desocupação de imóveis na área de 15 desses poços, a partir de estudo conduzido pelo Instituto de Geomecânica de Leipzig (IFG), que analisou dados dos sonares realizados pela Braskem.

Na segunda-feira, a companhia e a Prefeitura de Maceió assinaram o segundo Termo de Cooperação Técnica relativo ao monitoramento geológico da região, feito pela Defesa Civil, que antes limitado ao Pinheiro. Agora, esse acompanhamento será estendido para o Mutange e Bebedouro. A Braskem doará ainda novos equipamentos e fará melhorias na sede da Defesa Civil. A empresa já havia assinado, em abril, um termo de cooperação para adoção de medidas emergenciais de apoio à comunidade.

O Serviço Geológico Brasileiro (CPRM) associou o surgimento de rachaduras em construções e vias nesses bairros de Maceió à mineração de sal-gema da Braskem, que se tornou alvo de ações judiciais bilionárias. Porém, estudos independentes contratados pela petroquímica apontaram falhas na metodologia empregada

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	19/12/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Dividendo da Braskem

A Braskem fará em 30 de dezembro o pagamento de dividendos obrigatórios de R\$ 667,4 milhões, referente a 25% do lucro líquido ajustado de 2018. Do total, R\$ 378,8 milhões, correspondentes a R\$ 0,84 por ação, serão pagos aos portadores de ações ordinárias. Outros R\$ 288,3 milhões, ou R\$ 0,84, serão repassados a donos de ações preferenciais classe A (PNA) e R\$ 303,3 mil, correspondentes a R\$ 0,60, para acionistas com ações preferenciais classe B (PNB), tomando como base a posição acionária de 3 de outubro. No início do ano, a petroquímica havia proposto a distribuição de R\$ 2,7 bilhões em

proventos, mas o pagamento naquele momento foi suspenso por decisão judicial relacionada aos problemas da companhia em Alagoas.

Novo produto de minério

A Vale assinou acordo com a chinesa Ningbo Zhoushan Port para o lançamento de um novo produto de minério de ferro com alto teor, segundo informação da Reuters. O produto, batizado GF88, é feito com processamento de finos de minério de Carajás IOCJ 65% e o fornecimento deve começar no primeiro trimestre do ano que vem. Conforme a agência, ainda não há definição sobre o volume de produção do GF88 no terminal de transferência de minério de Shulanghu, na China. A Vale informou que a produção do GF88 não exige combustível e água, não gerando rejeitos ou resíduos de água.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Constellation garante US\$ 105 milhões

A fornecedora de sondas de perfuração Constellation (antiga Queiroz Galvão Óleo e Gás) espera virar a página de seu processo de recuperação judicial e entrar em 2020 capitalizada, para fazer frente ao crescimento da demanda no mercado. Controlada hoje pelos fundos Sun Star (76%) e Capital Group (24%), a empresa concluiu, ontem, uma importante etapa de sua reestruturação, ao garantir a entrada de cerca de US\$ 105 milhões no caixa. A ideia é usar o dinheiro, sobretudo, para reativar e modernizar suas embarcações.

O presidente do conselho de administração, Ronnie Vaz, afirma que os aportes representam a conclusão da recuperação judicial da empresa. A operação, porém, não encerra todos os litígios. Ex-sócia da companhia, a Alperon (da Delba) promete recorrer na Justiça contra as bases do acordo entre a fornecedora e credores. Constellation e Alperon travam uma disputa societária no Tribunal de Arbitragem em Nova York, sobre a propriedade de duas sondas.

Vaz está otimista com o desfecho da arbitragem e destaca que a entrada de recursos “dá um conforto” para a Constellation. O reforço no caixa foi possível graças a um aporte de capital por parte dos acionistas. Já os credores entraram com novos empréstimos e aceitaram prorrogar prazos de vencimento. O plano de recuperação, já homologado na Justiça, prevê o pagamento integral da dívida de US\$ 1,7 bilhão. Os credores não entrarão no capital da empresa.

Além do aporte garantido ontem, o caixa da Constellation foi reforçado nas últimas semanas pela entrada de mais US\$ 150 milhões, oriundos da venda de

fatias minoritárias em cinco plataformas de petróleo, para a SBM. Com isso, a brasileira passa a se concentrar apenas no negócio de sondas de perfuração, com foco em mar. No segmento terrestre, a fornecedora considera vender seus ativos.

A Constellation possui oito sondas marítimas, seis delas com contratos assegurados. A empresa, que já chegou a ter todas suas unidades contratadas pela Petrobras, possui hoje contratos também com a Shell e a indiana ONGC - o primeiro contrato internacional da fornecedora brasileira no setor offshore. “Antes pescávamos num aquário onde só tinha um Nemo [peixe]. Agora estamos pescando num oceano, com uma pluralidade muito maior [de clientes]”, afirmou o diretor de operações, Rodrigo Ribeiro, que assume a presidência da companhia em 2020.

Ele conta que a meta é ter 100% de sua frota offshore contratada no primeiro trimestre de 2020. “O sucesso dos leilões nos dá muita animação”, complementa Vaz, o presidente do conselho.

A expectativa da Constellation é voltar a lucrar em 2020, depois de três anos seguidos de prejuízo (2017-2019). Com três novos contratos com a Petrobras, a fornecedora espera atingir um faturamento de US\$ 400 milhões em 2020 - mais que o dobro das receitas previstas para 2019, de US\$ 130 milhões. O crescimento dos negócios se reflete no quadro de pessoal. A empresa contratou 500 pessoas nos últimos três meses e espera chegar a um efetivo de 1,6 mil a 1,7 mil empregados no ano que vem.

Ribeiro destacou, ainda, que os contratos recém-fechados pela empresa têm prazos de dois a três anos, em geral. Embora não garantam receitas de longo prazo, o executivo vê vantagens nos prazos. “Eles têm um timing perfeito. Os novos contratos nos permitem reativar nossas unidades, mas não nos tira do jogo [das novas licitações nos próximos anos], período em que acreditamos que as taxas [de afretamento] vão estar bem mais sólidas”, comenta.

Embora considere a recuperação judicial uma “página virada”, a Constellation ainda terá pela frente, contudo, uma disputa societária. A arbitragem com a Alpertron se arrasta desde 2018. O pano de fundo do embate gira em torno das sondas Amaralina e Laguna. A Alpertron detinha 45% das unidades. Alegando que sua parceira não cumpria com as chamadas de aporte, a Constellation, contudo, resolveu recorrer à arbitragem e, logo depois, assumiu integralmente as embarcações.

A Constellation defende que a Alpertron lhe deve US\$ 400 milhões e que assumiu a fatia da então sócia nas duas sondas amparada pela cláusula *deadlock* (compra forçada de cotas sociais) do acordo de acionistas. Já a Alpertron

questiona a falta de transparência das prestações de contas da Constellation, na gestão das sondas, e alega que a antiga parceira alterou unilateralmente a composição acionária de Amaralina e Laguna, sem amparo de decisão arbitral. “Tanto a Constellation não tinha a certeza que era detentora das cotas que ela recorreu à arbitragem”, diz o diretor da Alperion, Newton Lins.

A Alperion também contesta o fato de a Constellation ter usado os ativos em litígio como garantia para credores, dentro do plano de recuperação. Em novembro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) chegou a homologar uma decisão arbitral que determinava que Amaralina e Laguna fossem retiradas cautelarmente da base de garantias do plano. A Constellation diz que cumpriu a decisão, com a anuência dos credores. A Alperion, por sua vez, alega que o plano de recuperação foi modificado e promete recorrer no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, onde tramita a recuperação judicial, exigindo uma nova assembleia de credores.

“Qualquer alteração no plano, seja nos prazos ou na forma de pagamento, deve ser submetida a uma nova assembleia, segundo jurisprudência do STJ. O que eles [Constellation] defendem como uma mera suspensão de eficácia de cláusula [que usava as sondas em litígio como garantia], nós vemos como efetiva modificação do plano”, argumenta Juliana Bumachar, sócia do Bumachar Advogados, representante da Alperion. A Constellation alega que a Alperion não é credora nem acionista e, portanto, não há “interesse de agir”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Renova venderá ativos e alongará dívida

O plano de recuperação judicial da Renova Energia, geradora de energia renovável que tem no bloco de controle a estatal mineira Cemig, é baseado em venda de ativos, alongamento do prazo de vencimento de empréstimos e possibilidade de conversão de dívida em ações da companhia. A linha central do plano, protocolado esta semana na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, inclui a venda da participação de 51% na Brasil PCH e a conclusão do complexo eólico Alto Sertão III, estopim da crise financeira do grupo.

A estratégia da companhia é utilizar os recursos provenientes da venda da fatia na Brasil PCH, empresa detentora de 13 pequenas hidrelétricas operacionais,

para concluir a construção do empreendimento baiano, cujas receitas serão utilizadas para quitar a dívida com os credores.

“A estratégia que a empresa resolveu adotar foi escolher um ativo que tem bastante liquidez para servir como fonte de recursos para dar lastro ao plano”, afirmou o diretor-presidente da Renova Energia, Marcelo Milliet, ao **Valor**. “É um plano que, conceitualmente, tem uma fonte de recursos crível, porque é um ativo de excelente liquidez, para poder destravar a implementação do parque, que é com que vamos acabar pagando os credores”.

De acordo com o plano, a expectativa da companhia é vender a fatia na Brasil PCH a partir de um valor mínimo de R\$ 1 bilhão. “Esse valor leva em consideração uma taxa de desconto do fluxo previsto agressiva o suficiente para atrair investidores, não só estratégicos, mas investidores financeiros”, explicou Milliet. “Não vou poder citar nomes, mas já existem interessados, investidores potenciais que estão começando a analisar o ativo”.

A ideia é fazer uma espécie de leilão do ativo, tão logo seja aprovado o plano em assembleia de credores. A expectativa da empresa é que a assembleia seja realizada entre março e abril de 2020.

Com os recursos da venda, o passo seguinte é fazer um aumento de capital de R\$ 450 milhões no complexo eólico Alto Sertão III, possibilitando a conclusão das obras do empreendimento. Uma vez em operação, o parque passará a gerar a receita necessária para o pagamento das dívidas.

Os bancos credores (entre eles BNDES, Citibank, HSBC, Bradesco e Itaú) respondem pela maior parte dos R\$ 2,5 bilhões de dívidas declaradas pela Renova Energia no plano de recuperação.

A companhia propõe um período de carência de dois anos, seguido por um prazo de quitação da dívida de 12 anos. “Não estamos propondo nenhum ‘haircut’ [desconto]. É muito mais uma questão de alongamento [do prazo] e de carência para termos tempo de terminar o projeto. E, quando tivermos feito o projeto, vamos liquidar [a dívida com] os credores”, explicou ele.

Aos credores também é dada a possibilidade de converterem dívida em participação acionária na Renova Energia. A alternativa, explicou o executivo, é uma forma de buscar, também, reestruturar a governança da empresa.

Nessa linha, na última semana foi eleito Luiz Cruz Schneider como conselheiro independente e presidente do conselho de administração da Renova.

Engenheiro eletricista, Schneider também é conselheiro independente da Eletrosul e foi integrante de conselhos de AES Tietê e Engie Solar, entre outras empresas do setor.

“Estamos fazendo uma reestruturação financeira, mas, ao mesmo tempo, uma reestruturação da empresa. Estamos colocando a empresa de volta no prumo dela”, afirmou o executivo.

Em outra frente, a companhia também prevê a venda da Espra, empresa detentora de três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), no total de 41,8 megawatts (MW), no sul da Bahia. “A Espra está dada em garantia ao BTG, portanto ele tem preferência no recebimento dos recursos [da venda]”, acrescentou Milliet.

Outra parte da dívida da empresa é com partes relacionadas, entre elas a Cemig. Nesse caso, os acionistas da companhia decidiram ficar por último na fila de recebimento. “As partes relacionadas só poderão receber seus créditos depois que quitarmos todos os créditos da recuperação judicial. A lei não contempla essa obrigação, mas é uma demonstração dos acionistas controladores de apoio à empresa”, afirmou o presidente da Renova.

Diretor da Íntegra Associados, consultoria que presta assessoria financeira e estratégica à Renova Energia, Milliet deverá ficar no cargo até que a recuperação judicial seja encerrada. Segundo ele, pela legislação em São Paulo, após a aprovação do plano, a companhia fica em observação por um período mínimo de dois anos, antes que seja encerrado o processo de recuperação.

Na área de energia, a Íntegra teve participação no processo de recuperação judicial da geradora termelétrica Eneva, que possuía dívidas de R\$ 2,4 bilhões. O caso foi considerado um dos mais rápidos da história recente, sendo encerrado em menos de dois anos.

Criada há quase duas décadas, a Renova Energia foi uma das pioneiras no negócio de geração de energia eólica do país. Em 2011, Cemig e Light adquiriram participação no bloco de controle da empresa.

A crise da companhia se agravou em outubro deste ano, quando a AES Tietê encerrou as negociações para a compra de Alto Sertão III, às vésperas do vencimento de um empréstimo da ordem de R\$ 1 bilhão da Renova com o BNDES.

Antes do vencimento da dívida com o BNDES, a Light negociou a venda de sua fatia na companhia para o CG I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, dos sócios-fundadores da empresa, pelo valor simbólico de R\$ 1. Na ocasião, a Cemig poderia exercer seu direito de preferência na aquisição da participação da elétrica fluminense ou acompanhá-la na venda de suas ações na Renova para o CG I. A companhia mineira, no entanto, não tomou nenhuma decisão sobre o assunto e manteve sua participação na geradora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ivo Ribeiro — De São Paulo

Título: Entidade que representa distribuição é dividida em três

A Plural, associação que reúne as grandes distribuidoras de combustíveis e lubrificantes do país, está sendo desmembrada em três novas entidades, que a partir de 2020 vão atuar em diferentes frentes e temas relacionados ao negócio. “O novo momento do Brasil, com a maior multiplicidade da cadeia, exige um grau maior de representatividade”, disse o presidente da Raízen, Luis Henrique Guimarães, em entrevista ao **Valor** nesta semana.

Com a mudança, o antigo Sindicom, que no fim de 2017 adotou a marca Plural, voltará a usar o nome original e se dedicará às questões trabalhistas, sindicais e representativas do negócio propriamente dito. Fundado em 1941, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes reúne o equivalente a 80% da distribuição de combustíveis no país - estão entre suas associadas as três grandes - BR, Raízen e Ipiranga - que juntas representam cerca de 70% das vendas no país.

As distribuidoras regionais e de menor porte se organizaram em outra entidade, a Abcom (Associação Brasileira das Distribuidoras de Combustíveis).

Já no primeiro trimestre, o setor deve anunciar o lançamento do Instituto Combustível Legal, uma organização não governamental (ONG) associada ao Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (Etco). Com atuação independente, o instituto vai debater e apoiar medidas para coibir a sonegação. Segundo Guimarães, será uma entidade totalmente independente.

Na avaliação das grandes distribuidoras, a chegada de novos participantes a esse mercado, incluindo refino e infraestrutura, vai alterar a relação de forças no setor. Por isso, é preciso que as mudanças estejam refletidas em uma nova entidade. Assim, começa a ser formatada uma associação específica para um determinado grupo de empresas desse segmento de negócios: companhias de

refino de petróleo, da área de logística (terminais, dutos, ferrovia dedicada), tradings, bem como distribuidoras de combustíveis.

A previsão, segundo o executivo, é que esse terceiro desmembramento da Plural seja constituído no segundo trimestre. Com todas essas mudanças, propiciadas pela venda de refinaria e reestruturação do setor, o Brasil caminha para um modelo parecido ao dos EUA, afirma Guimarães.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza — De Nova Lima (MG)

Título: Obras e indenizações em Brumadinho custaram R\$ 4,5 bi à Vale em 2019

O desastre, ocorrido em janeiro, deixou 257 mortos e 13 pessoas continuam desaparecidas

A Vale dispendeu R\$ 4,5 bilhões neste ano em indenizações e em obras emergenciais relativas à queda da barragem da mina de Córrego do Feijão, na cidade mineira de Brumadinho. O desastre, ocorrido em janeiro, deixou 257 mortos e 13 pessoas continuam desaparecidas. Dos 10 milhões de metros cúbicos de lama e rejeito que verteram com a ruptura da estrutura, a companhia informou ter retirado até agora 1,2 milhão.

Os números foram apresentados ontem pelo diretor de Reparação e Desenvolvimento da Vale, Marcelo Klein, a jornalistas durante um balanço das medidas adotadas pela empresa. De acordo com a Vale, mais de 4 mil acordos de indenização individuais e trabalhistas já foram assinados - envolvendo o pagamento de R\$ 2 bilhões.

Além das indenizações, 106 mil pessoas recebem auxílio emergencial, como forma de compensação pelos danos provocados. O pagamento será prorrogado ao longo de 2020 para uma parcela dessa população.

Klein afirmou que a Vale planeja fazer um parque na área do desastre. O projeto assinado pelo arquiteto Fernando Maculan prevê um espaço com praças, mirantes, jardins, trilhas, arborismo, biblioteca, campo de futebol outros equipamentos. Klein disse que a expectativa é que até dezembro de 2020 toda o território da área do Córrego do Feijão esteja, segundo ele, “repaginada”.

A empresa também informou que concluiu obras emergenciais de contenção de lama e rejeito do que restou da barragem. Duas barreiras filtrantes, um dique e outras 25 pequenas barreiras foram erguidas com o intuito de evitar que o material continuasse sendo carregado para o Rio Paraopeba.

Klein afirmou que ainda não há uma resposta definitiva para a questão se os peixes da região estão próprios para alimentação humana. Segundo o diretor, o Ministério Público e a Vale vão definir os contornos de um estudo que possa dar um veredito definitivo.

A Vale trabalha com um cenário de conclusão da remoção integral dos rejeitos até o primeiro trimestre de 2023. Pelo plano da Vale, o material será depositado em uma cava da área da mina do Córrego do Feijão. A cava está em processo de licenciamento ambiental.

Depois do desastre de 25 de janeiro, a Vale anunciou um plano para dar fim a nove de suas barragens em Minas de rejeito construídas com o mesmo método da barragem destruída

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum — De São Paulo

Título: Petrobras descarta Comperj

A Petrobras concluiu o estudo de viabilidade econômica a respeito da finalização da construção da refinaria do Comperj, em parceria com a chinesa CNPC, e concluiu que ela não apresenta atratividade econômica.

Com isto, em consonância com os acordos celebrados, os projetos relacionados à parceria estratégica com a empresa chinesa, que também compreendia a participação de 20% da CNPC no cluster de Marlim (concessões de Marlim, Voador, Marlim Sul e Marlim Leste), foram encerrados sem a efetivação do negócio.

“Dessa maneira, o conselho de administração da companhia aprovou o início de providências para cancelamento do projeto e solicitou um levantamento de alternativas para a área do Comperj”, diz trecho do comunicado. “A Petrobras e a CNPC seguirão buscando novas oportunidades de negócios conjuntos fortalecendo o laço, iniciado em 2013 com a parceria na área de Libra, seguida da aquisição, em 2017, do Bloco de Peroba (juntamente com a BP), e, recentemente, do direito de exploração e produção do volume excedente ao contrato de cessão de cessão onerosa do campo de Búzios.”

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/12/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Marcelo Teixeira — Reuters, de Cuiabá****Título: Cofco, Amaggi e Raízen avaliam investir em etanol de milho**

A trading chinesa Cofco, a brasileira Amaggi e a Raízen, joint-venture entre Shell e Cosan, avaliam construir unidades de etanol de milho no Brasil, disseram à Reuters quatro pessoas familiarizadas com o assunto. O interesse reforça o bom momento do biocombustível no país, maior produtor global de etanol de cana.

O impacto nos mercados de commodities pode ser abrangente, já que as novas usinas deverão disputar mercado com o etanol dos EUA no Norte e no Nordeste do Brasil. Além disso, as exportações brasileiras de milho, que quadruplicaram nos últimos anos, podem ser afetadas pela maior demanda interna.

Já há no país oito fábricas que convertem o grão no biocombustível, além de outras seis em construção e pelo menos sete em fase de projeto. Embora algumas usinas sucroalcooleiras tradicionais tenham respondido à tendência com ceticismo, algumas desenvolveram projetos “flex”, usando tanto milho quanto cana como matéria-prima, a depender da época do ano, com benefícios financeiros e ambientais.

As novas usinas de etanol também visam um uso mais lucrativo da produção de milho do Brasil, que aumentou conforme os agricultores aprenderam a gerar uma safra de soja e outra do cereal nos mesmos campos em um único ano.

Na semana passada, os preços do etanol atingiram recorde nominal nas usinas de São Paulo, superando os R\$ 2 por litro pela primeira vez na história (na usina, antes de impostos), e o novo programa federal de estímulo ao mercado de biocombustíveis, o RenovaBio, entrará em vigor no fim do mês.

É nesse contexto que um engenheiro que trabalha para a Cofco em uma grande fábrica de etanol de milho em Zhaodong, na China, com capacidade produtiva de 1,2 bilhão de litros por ano, disse que a trading, que já opera quatro usinas de açúcar e de etanol de cana no Brasil, está analisando o cenário do etanol de milho em Mato Grosso. Outra fonte disse que a diretoria da gigante chinesa quer construir uma fábrica de etanol de milho perto da processadora de soja que mantém em Rondonópolis (MT).

Essa instalação da Cofco tem acesso a ferrovia, que poderia servir no futuro para levar o combustível ao Sudeste, maior mercado consumidor do Brasil. “Infelizmente, ainda não podemos comentar nenhuma iniciativa”, disse um porta-voz da Cofco quando questionado.

A Raízen também mantém conversas com fornecedores de equipamentos para avaliar um investimento, segundo uma fonte. “Encontramos com eles quatro vezes, mas eles ainda não se decidiram”, afirmou Peter McGenity, diretor de vendas da construtora de plantas de etanol americana Lucas E3.

Inicialmente, a Raízen negou ter planos para a produzir etanol de milho no Brasil. Quando questionado sobre as reuniões com os fornecedores, no entanto, um representante da empresa disse que a empresa “está alinhada às tendências do mercado para investimentos em energia renovável que atendam às necessidades ambientais de longo prazo”.

Uma outra fonte, que trabalha para uma empresa europeia que oferece serviços de engenharia para unidades de processamento de grãos, disse que a Amaggi também está trabalhando em um projeto de etanol de milho. Maior trading brasileira de grãos, com três plantas de processamento de soja, a Amaggi disse que não pode fazer comentários no momento sobre um possível projeto em etanol de milho.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/12/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / Brasília

Título: Eletronorte insiste em usina na Amazônia

Estatul tem novo estudo para viabilizar hidrelétrica Tabajara, projeto de R\$ 5 bi; na década de 80, potencial de geração já era avaliado

A estatal Eletronorte apresentou um novo estudo de impacto ambiental ao Ibama, na tentativa de avançar com o projeto da Hidrelétrica Tabajara, prevista para ser erguida na Amazônia, barrando as águas do Rio Ji-Paraná, na região de Machadinho do D'Oeste, em Rondônia. A usina é estudada desde a década de 80 e já foi alvo de várias tentativas de licenciamento, mas sua aprovação não foi adiante, por causa de sua alta complexidade ambiental.

Prevista para ter capacidade de 400 megawatts (MW) de geração, o que daria para abastecer uma cidade de 1,4 milhão de habitantes, como Porto Alegre (RS), a Hidrelétrica Tabajara foi um dos dois empreendimentos anunciados em agosto pelo presidente Jair Bolsonaro.

Os estudos da hidrelétrica foram entregues no fim do mês passado. Duas semanas atrás, o Ibama acatou o pedido da estatal controlada pelo Grupo Eletrobrás e já declarou que o material está em condições de ser analisado pela área técnica.

Para viabilizar a usina, que teria investimentos de R\$ 5 bilhões, é necessário cobrir uma área de 96,3 km² de floresta amazônica, em uma região marcada por unidades de conservação ambiental. “Começaram a fazer um projeto sem ouvir uma única vez a população local, os povos indígenas da região, que não têm a menor ideia do que vai acontecer”, diz Artur Moret, professor da Universidade Federal de Rondônia, que acompanha de perto o projeto.

Moret chama a atenção ainda para o fato de que os novos estudos não abordam os impactos sobre os povos indígenas arara-gavião e parintintins, além dos grupos da região.

Na semana passada, o Ministério Público Federal em Rondônia recomendou à Eletrobrás que, no prazo de 30 dias, apresente informações aprofundadas sobre o impacto ambiental e socioeconômico do projeto. Em sua recomendação, o MPF pede ao Ibama que “não emita a licença prévia antes da produção desses dados”.

A licença prévia ambiental é parte fundamental do processo, porque a usina só pode ir a leilão depois de obter essa autorização. “Diversos itens do termo de referência do Ibama sobre o diagnóstico do meio social, cultural e econômico não foram atendidos, ou simplesmente não constam ou foram apresentados de forma absolutamente genérica”, afirma Gisele Bleggi Cunha, procuradora da República que assina a recomendação.

A construção de novas hidrelétricas na Amazônia está parada há seis anos, depois de uma série de empreendimentos erguidos na floresta durante os governos do PT. O cenário deve-se não apenas às dificuldades de licenciamento ambiental, mas às crises econômicas, crescimento moderado de consumo de energia e investimentos em outras fontes, como as eólicas. Os últimos leilões do governo para construção de grandes hidrelétricas na região ocorreram

em 2013, quando o governo licenciou, por exemplo, a construção da Hidrelétrica de São Manoel, no Rio Teles Pires, divisa entre Mato Grosso e Pará.

A região de Machadinho d’Oeste é uma das áreas da Amazônia que mais sofrem com o desmatamento irregular e ocupações ilegais de terra. O projeto, que já chegou a figurar na lista de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), está há anos no papel.

Além da Hidrelétrica Tabajara, o governo se movimenta para licenciar a Hidrelétrica Bem Querer, em Roraima, onde também há diversos impedimentos ligados a unidades de conservação e terras indígenas.

O Greenpeace critica a retomada das hidrelétricas da região. “Diante do desastre de Belo Monte, as hidrelétricas na Amazônia continuam influenciando

o imaginário de que o Brasil desenvolvido só será alcançado pela oferta abundante de energia, independentemente dos impactos que produza sobre as populações amazônicas e sobre as florestas, que já sofrem com os efeitos do desmatamento”, disse Danicley de Aguiar, responsável pela Campanha da Amazônia do Greenpeace.

Interesse. O primeiro estudo visando a avaliar o potencial do Rio Ji-Paraná para geração de energia elétrica foi desenvolvido na década de 80, pela Eletronorte. Finalizado em 1988, o estudo chegou a prever três aproveitamentos hidrelétricos, mas depois se concentrou em apenas um projeto, o qual não foi erguido. Além da Eletronorte, a construtora Queiroz Galvão é uma das empresas que já estudaram o projeto. Os interessados no projeto argumentam que, em junho de 2006, entregaram os relatórios da usina à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Nessa mesma época, porém, em junho de 2006, um decreto criou o Parque Nacional dos Campos Amazônicos, uma unidade de conservação de proteção integral, situada na região do projeto Tabajara. Automaticamente, a construção da usina ficou proibida, porque a lei não permite erguer barragens e lagos que causem impacto direto em áreas protegidas. Em 2012, porém, os limites do parque foram redefinidos, excluindo área de sobreposição com o reservatório previsto para a usina.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/12/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: À meia luz

Direto da fonte

José Goldemberg ficou desolado com a notícia de que Belo Monte deverá ficar até cinco meses por ano sem produzir energia, por escassez de água no rio Xingu. “A megausina foi construída sem reservatório e assim não há armazenamento de água nos meses sem chuva”, explica o professor. “É uma coisa que qualquer engenheiro hidráulico poderia prever.”

À meia luz 2

O motivo disso, diz ele, é a oposição dos ambientalistas: o reservatório necessário tomaria da floresta uma área de 500 km quadrados. Só que o desmatamento “seria dez vezes menor do que o que já ocorre todos os anos”. Conclusão de Goldemberg: “Cabe uma autocrítica dos ambientalistas. E também do governo, que não teve coragem de enfrentá-los”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 19/12/2019**Seção:** Colunas**Autor:****Título:** » Colheita.

Coluna do Broadcast

A Enel São Paulo (ex-Eletropaulo) fechou outubro com os melhores indicadores de qualidade de fornecimento de sua história. O número médio de interrupções de energia por cliente ficou em 3,93 vezes no acumulado em 12 meses, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Já a duração média anual de interrupções de energia atingiu 6,83 horas por cliente. A melhora reflete os investimentos feitos desde que o grupo italiano assumiu a concessionária, em julho de 2018. Até setembro deste ano, a Enel investiu cerca de R\$ 1,4 bilhão na rede da distribuidora.

COM ALINE BRONZATI, FERNANDA GUIMARÃES E LUCIANA COLLET

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 19/12/2019**Seção:** Especial**Autor:** Matheus Moreira**Título:** Relatório rejeitado pelo Ibama foi usado pela PF em investigação do óleo

Empresa HexTecnologia teria pedido ordem de serviço para apresentar imagens inconsistentes e sem coordenadas

São Paulo- Em depoimento no Senado para a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do derramamento de óleo em praias do litoral brasileiro, Pedro Bignelli, coordenador-geral do Cenima (Centro Nacional de Monitoramento e Informações Ambientais), afirmou que o Ibama rejeitou o relatório que levou a Polícia Federal a deflagrar a operação Mácula contra o navio Bouboulina, de bandeira grega, e empresas ligadas a companhia proprietária da embarcação no Brasil.

Até o momento, 966 locais em 11 estados do Nordeste e do Sudeste foram atingidos. Ainda não se sabe qual a fonte do vazamento, mas a análise do óleo que atingiu o litoral, feita pela Petrobras, revelou que o produto é de origem venezuelana.

Segundo Bignelli, ainda não há como apontar um responsável pelo vazamento, mas o coordenador garante que o resultado apresentado pelo relatório, produzido pela empresa Hex Tecnologia, é um falso positivo, ou seja, indica um resultado que não condiz com a realidade. Bignelli afirma que rejeitou o relatório porque o produto não apresentava consistência.

“O produto tinha imagens sem coordenadas, coloração duvidosa. Como técnico, e com 25 anos de mestrado em sensoriamento remoto pelo Inpe, nunca tinha visto aquela cor. Não nos foi apresentada a imagem que teria sido utilizada, não nos foi apresentada a composição colorida. Não me senti confortável em assumir aquilo como um relatório verdadeiro”, diz.

Ainda de acordo com seu depoimento, a empresa não quis mostrar o relatório, em um primeiro momento, sem que o Cenima assinasse uma ordem de serviço antes.

Após pressão de Bignelli, a Hex voltou atrás e apresentou parcialmente os resultados, estes que foram considerados pouco conclusivos pelo centro, ligado ao Ibama.

“A primeira coisa que nos chamou a atenção foi a forma como foi apresentada a proposta, em completo desacordo com os termos de referência do contrato. Fizeram um relatório em seis dias úteis com o trunfo de terem ‘descoberto’ a fonte do derramamento. Para ver o produto teríamos que assinar uma ordem de serviço. Isso é completamente inconsistente, tecnicamente falando, nós exigimos ver o produto”, afirma.

Na mesma semana, segundo ele, a Polícia Federal deflagrou a operação contra duas empresas no Rio de Janeiro ligadas à Delta Tankers, companhia proprietária do navio, com base nas informações do relatório da Hex Tecnologias. Com a operação, Bignelli teria sido, segundo disse, cobrado por seu superior por ter “comido bola”.

“Eu disse a ele: ‘não comi bola [ao rejeitar o relatório] e não coloco meu currículo neste trabalho’” teria sido a resposta dada pelo coordenador.

Com a repercussão da operação, a equipe do Cenima passou a investigar os supostos resultados do relatório de forma inversa para identificar o que, de fato, eram as manchas que a Hex afirmava serem óleo.

“Chegamos a conclusão de que era feição de clorofila, o que é completamente incompatível com óleo. Ficamos plenamente tranquilos de dizer que aquilo [o relatório] era mais um falso positivo”, afirma.

Procurada para comentar a revelação do coordenador do Cenima, a Marinha se reservou a dizer que “desde a abertura dos inquéritos investigativos, a Marinha do Brasil analisa todas as possibilidades com relação ao crime ambiental de derramamento de óleo que atingiu o litoral brasileiro. As investigações continuam em andamento”.

A empresa Hex não respondeu aos questionamentos feitos pela reportagem da Folha até a publicação deste texto.

No dia 11 deste mês, também na CPI do óleo, na Câmara, o oceanógrafo e pesquisador titular do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Ronald Buss de Souza, indicou uma nova hipótese para o vazamento com base em estudo do instituto.

O vazamento teria acontecido, segundo ele, no mar próximo ao continente africano em abril deste ano.

O óleo teria viajado cerca de 4.000 km — por baixo da superfície — até atingir a costa brasileira em 30 de agosto.

A CPI do óleo, instaurada em 27 de novembro, e para a qual ambos os especialistas depuseram, é uma dentre três que foram criadas a um mês do recesso parlamentar para investigar dois episódios de repercussão internacional: o vazamento de óleo e as queimadas na Amazônia.

Na Câmara, o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), passou a CPI do óleo à frente de outros quatro requerimentos. Maia já havia cobrado do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em 12 de novembro, explicações sobre o vazamento após o ministro utilizar uma foto antiga e fora de contexto para sugerir que a ONG Greenpeace estaria por trás do vazamento de óleo no litoral.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/12/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Depois da COP-25, é preciso voltar a fiscalizar e a punir desmatamentos

O Brasil não receber os devidos recursos para preservar não justifica que possa relaxar nos controles

O papel negativo cumprido pelo Brasil na Conferência do Clima, de Madri, a COP-25, é o registro diplomático e político de que o governo Bolsonaro retirou o país do grupo de nações sensíveis ao aquecimento global e ativas na implementação de medidas para reduzir as emissões de carbono.

Oficializa, na COP-25, seu alinhamento aos Estados Unidos de Trump, que está em processo de rompimento com o Acordo de Paris, em que se congregam países preocupados com o tema e comprometidos com a meta de evitar que a temperatura da Terra suba além de 1,5 grau centígrado até o fim do século. Objetivo que especialistas já consideram difícil de atingir. O resultado, do qual já há indícios, é a elevação dos mares, secas e enchentes extremas, ondas de frio e calor, com drásticos efeitos na produção de alimentos.

A COP se estendeu pelo fim de semana e, com atraso, chegou a um documento aquém do desejado. Sem, por exemplo, regulamentar o mercado de carbono — onde se negociam créditos de empresas que conseguem reduzir emissões para outras que não conseguem. A missão brasileira, com o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, deu sua contribuição para os impasses. O ministro desembarcou em Madri e embarcou de volta pedindo aos países desenvolvidos ajuda financeira para projetos que permitam ao Brasil cortar emissões.

Salles tem razão em pedir incentivos financeiros para quem preserva. A questão é saber como. Ficou em aberto a chamada “dupla contagem” no crédito de carbono: um país reduz emissões, emite o crédito para ser adquirido por algum que não cumpre, mas também abateria este crédito de sua meta. Seja como for, Salles tem à disposição o dinheiro do Fundo Amazônia—R\$ 3,2 bilhões, em grande parte proveniente de doações de Noruega e Alemanha. Mas congelado, porque o governo Bolsonaro quer alterar regras, para permitir o ressarcimento a supostos donos de terras incluídas em reservas — uma brecha para beneficiar grileiros.

O Brasil de Bolsonaro aumentou as emissões com o relaxamento na fiscalização e repressão a madeireiros e garimpeiros na Amazônia, agentes da devastação. A posse de um novo presidente conhecido por criticar políticas ambientais funcionou como senha para avanços em áreas de preservação. Entre agosto de 2018 e junho de 2019, o desmatamento aumentou em 30% na região, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). É preciso retomar a fiscalização e a repressão a desmatamentos e queimadas. O que independe do pleito justo de mais recursos dos países desenvolvidos para preservar a cobertura florestal brasileira, cuja destruição é a maior fonte de emissão de carbono do país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/12/2019

Seção: O País

Autor: DIMITRIUS DANTAS SÃO PAULO

Título: Lava-Jato mira afretamento de navios pela Petrobras em 70ª fase

Dinamarquesa Maersk e duas subsidiárias são alvos de busca e apreensão

A força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba deflagrou ontem a 70ª fase da operação com o objetivo de apurar desvios em contratos de afretamentos de navios realizados pela diretoria de Abastecimento da Petrobras. Os contratos, de acordo com a Polícia Federal, chegam a R\$ 6 bilhões.

Os agentes cumpriram mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro e em Niterói. Entre as empresas investigadas está a dinamarquesa Maersk. Além dela, as intermediárias Tide Maritime e Ferchem foram alvos da nova fase da Lava-Jato.

A Petrobras utiliza os serviços dessas empresas para o transporte marítimo de produtos, como petróleo e derivados. Para esses transportes, realiza contratos de afretamento com armadores, como a Maersk, e os “ship-brokers”, empresas que atuam como corretoras nas negociações.

Segundo a PF, há suspeitas de que algumas empresas teriam sido beneficiadas “com informações privilegiadas acerca da programação de contratação de navios utilizados para transporte marítimo de petróleo e derivados da empresa, de forma que tiveram valiosa vantagem competitiva na captação dos negócios”, ao mesmo tempo que “há evidências de pagamentos de propina a empregados da empresa pública”.

Entre 2002 e 2012, a Maersk e suas subsidiárias firmaram 69 contratos de afretamento com a Petrobras no valor de R\$ 968 milhões. A Tide Maritime fechou 87 contratos de afretamento entre 2005 e 2018, com valores que chegam a R\$ 2,8 bilhões. Por fim, a Ferchem intermediou 114 contratos em um valor superior a R\$ 2,7 bilhões entre 2005 e 2015.

DELAÇÃO PREMIADA

Em relação à Maersk, a operação utilizou informações da delação premiada firmada pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa. Ele apontou a empresa como responsável pelo pagamento de propina a ele em troca de informações privilegiadas. Segundo o Ministério Público Federal, os repasses somaram pelo menos US\$ 3,4 milhões.

O grupo A.P. Moller-Maersk, que controla a empresa, confirmou que seus escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo foram alvo de buscas e apreensão. No entanto, a companhia destacou que, como a investigação está em curso, não tem nenhum comentário sobre as acusações. A.A.P. Moeller-Maersk, por sua vez, afirmou que coopera integralmente com as autoridades e reiterou que, como política da companhia, atua contra qualquer tipo de comportamento ilegal.

Procurada, a Tide Maritime afirmou que ainda não tinha conhecimento das acusações e não tinha comentários sobre a operação. O GLOBO não conseguiu contato com a Ferchem.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/12/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Supremo suspende ação que retiraria indígenas de Itaipu

Grupo reivindica terra que etnia avá-guarani ocuparia desde os anos 1970 em área da hidrelétrica

O ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão da reintegração de posse e da retirada de cerca de 60 indígenas de área de preservação da Hidrelétrica Itaipu Binacional, no Paraná. A desocupação havia sido pedida pela empresa e aceita pela 1ª Vara Federal de Foz do Iguaçu.

Os indígenas ocuparam a área, no município de Santa Helena, em fevereiro de 2018. Eles são descendentes da etnia avá-guarani, que teriam sido expulsos da região no fim da década de 1970 para a construção da usina. Agora, reivindicam de volta parte do território.

Até o ano passado, o grupo vivia em terras no município paranaense de Terra Roxa, também considerado região de conflitos. Na nova aldeia, batizada de Tekoha Pyau, não há infraestrutura, exceto moradias improvisadas, e as crianças foram colocadas para estudar em escolas de Santa Helena, cidade mais próxima.

A Funai criou em 2017 um grupo de estudos para identificar em campo a antiga área de ocupação indígena, mas foi feita apenas uma visita ao local, em maio passado. Na época, a então procuradora-geral, Raquel Dodge, pediu a condenação da União, do estado do Paraná, da Funai e da Itaipu Binacional por danos causados à tribo.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), os indígenas foram expulsos, e muitos deles sequer foram incluídos em processos de reassentamento. A procuradoria afirma que todas as comunidades indígenas atingidas pela construção da usina são desprovidas de “praticamente tudo”, as crianças enfrentam quadros de desnutrição, e as famílias são obrigadas a viver da doação de cestas básicas, estando a maioria desprovida de água potável e energia elétrica.

A Itaipu Binacional afirmou, em nota, que a área é de preservação permanente, integra a faixa de proteção do reservatório da usina e faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA). “A Itaipu tem a obrigação legal de contestar qualquer tipo de violação de sua faixa de proteção.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/12/2019

Seção: Economia

Autor: Catarina Loiola

Título: Após dois dias mais barata, gasolina volta a subir

A queda no preço da gasolina durou apenas dois dias. Quem passou em um posto para abastecer ontem levou um susto com a nova disparada no valor do combustível nas bombas, vendido a quase R\$ 4,70, o litro. O menor valor encontrado pela pesquisa do Correio, realizada em 24 postos, foi no posto Petrobrás da quadra 109 da Asa Sul, onde o litro custava R\$ 4,44 ontem. Entre os 24 estabelecimentos, em comparação com a pesquisa realizada em 16 de dezembro, 14 aumentaram o preço e apenas dois diminuíram. Os outros mantiveram o preço.

Nos postos do Setor de Indústrias Gráficas (SIG), de Águas Claras e da Asa Sul, o preço estava em R\$ 4,68. Em alguns casos, o aumento foi de R\$ 0,33 por litro. Na Asa Norte, o litro do combustível foi comercializado por R\$ 4,45 (quadra 214), R\$ 4,56 (107), R\$ 4,59 (103, 112, 113, 212), R\$ 4,61 (216), R\$ 4,64 (204 e 208) e por R\$ 4,65 (115, 210).

Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis DF), Paulo Tavares afirma que há uma série de fatores que justificam os preços mais altos, entre eles, o reajuste do etanol e a necessidade dos postos de fazerem caixa para arcar com custos trabalhistas, além do aumento no valor de referência para cobrar ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre o combustível. O aumento foi anunciado pelo governo do Distrito Federal. O preço de referência para a incidência do imposto aumentou de R\$ 4,37 para R\$ 4,51.

O motorista de ônibus José Ribamar, 44, disse que o aumento no preço da gasolina vai afetar seu orçamento, já que a esposa usa o carro da família para ir ao trabalho. “A gasolina no Brasil está um absurdo. Eu paguei R\$ 4,44 no Paranoá e aqui está quase R\$ 4,69”, lamentou, se referindo ao preço dos postos no SIG. “Os culpados, por esse preço tão alto, também somos nós mesmos, os brasileiros. Quando teve a greve dos caminhoneiros, todo mundo dormiu nas filas para abastecer carro. O certo era deixar o carro em casa e parar de

comprar gasolina, para ver se o governo e os postos davam um jeito.”

Ao que tudo indica, o fim de ano será de gasolina mais cara. Os postos vão aproveitar esse período para recompor as margens de lucros, que, segundo Paulo Tavares, está abaixo dos 16% considerados aceitáveis pelo Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade).

*** Estagiária sob a supervisão de Cláudia Dianni**

- **Vale o quinto**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, manter o pagamento do chamado quinto, benefício pago aos funcionários que acumularam funções comissionadas no passado, amparados por decisões administrativas ou por decisões judiciais definitivas. Trata-se da incorporação à remuneração, na proporção de um quinto, por ano de exercício na função de direção, chefia ou assessoramento. Em uma decisão anterior, tomada em 2015, no julgamento de um recurso extraordinário, o Tribunal havia considerado o acréscimo inconstitucional. No entanto, sindicatos e associações de servidores do Ministério Público e do Judiciário apresentaram recursos.

MME / ASCOM .